

CARACTERIZAÇÃO DO VOLUNTARIADO SOCIAL EM PORTUGAL*

Ana Delicado

Com base nos resultados do projecto de investigação “Caracterização do voluntariado em Portugal”, que decorreu ao longo de 2001, com o patrocínio da Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado e a coordenação científica de Ana Nunes de Almeida e João Ferrão, serão apresentados dados quantitativos e qualitativos sobre o voluntariado social em Portugal em organizações do terceiro sector.

A análise desta temática incidirá sobre quatro pontos centrais: biográficas e motivações dos voluntários.

Génese do projecto de investigação

No âmbito do Ano Internacional do Voluntariado, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa foi convidado a apresentar uma proposta de projecto de investigação, em torno da caracterização do voluntariado em Portugal, pela Comissão Nacional encarregue da comemoração desta efeméride. A coordenação científica deste projecto esteve a cargo dos Doutores Ana Nunes de Almeida e João Ferrão.

* Comunicação apresentada no Seminário: Olhares sobre o voluntariado: análises e perspectivas para uma cidadania activa, Lisboa, 10 e 11 de Maio de 2002, ISSCOOP

Os trabalhos decorreram ao longo do ano de 2001 e os primeiros resultados foram apresentados em Dezembro, no Congresso dos Voluntários, em Lisboa. O relatório final está já publicado.

Atendendo ao escasso período de tempo programado para a realização do projecto, foi tomada a opção de não abordar a totalidade do fenómeno mas sim um tipo particular, se bem que extenso, de trabalho voluntário: o voluntariado formal, realizado em instituições do terceiro sector, na área da solidariedade social. Os restantes tipos de voluntariado, tendo em consideração a sua relevância, deverão vir a ser objecto de estudos ulteriores.

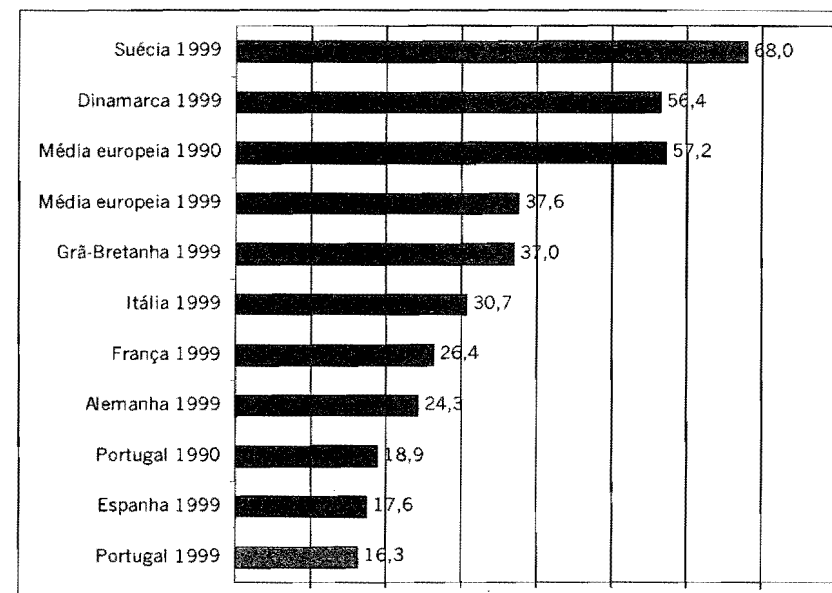
Neste sentido, a metodologia adoptada consistiu numa combinação de técnicas quantitativas (um inquérito por questionário) e qualitativas (entrevistas), aplicadas a dois tipos de sujeitos: as instituições de acolhimento do voluntariado e os próprios voluntários. Foram identificados os tipos de instituições pertinentes no âmbito escolhido – IPSS, Casas do Povo, Cooperativas de Solidariedade Social, Associações Juvenis, Associações de Desenvolvimento Local, Associações de Bombeiros, Núcleos da Cruz Vermelha, Caritas Diocesanas, Conselhos Centrais e Particulares da Sociedade de S. Vicente de Paulo, Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento, Associações de Imigrantes – e foram enviados mais de 6500 questionários. A taxa de resposta cifrou-se em perto de 40%, o que é considerado muito satisfatório para um inquérito postal. Posteriormente, foram realizadas mais de 50 entrevistas a voluntários de diferentes tipos de instituições, por todo o país.

Alguns dos dados resultantes deste projecto serão aqui apresentados, de forma a transmitir uma panorâmica global do voluntariado social em Portugal.

Voluntariado formal em Portugal e na Europa

Tomou-se como adquirido, no início deste estudo, que a taxa de voluntariado em Portugal seria baixa. Apesar da ausência de estudos prévios sobre este fenómeno em Portugal, o Estudo Europeu dos Valores em 1990 (Santos 1993) tinha identificado uma taxa de 19% de voluntariado. Em 1999, o ICS-UL participou na reedição deste estudo (coordenação de Jorge Vala, M. Villaverde Cabral e Alice Ramos), que constatou não só uma descida deste valor (para 16%) como a última posição ocupada por Portugal no conjunto dos países europeus, com menos de metade do valor agregado europeu. Esta taxa refere-se ao voluntariado formal em todo o tipo de instituições e não apenas de solidariedade social.

Taxas de voluntariado formal na Europa



Fonte: Estudo Europeu dos Valores, 11999, ICS-UL, coord. Jorge Vala, M. Villaverde Cabral e Alice Ramos

A baixa taxa de voluntariado em Portugal dever-se-á a um conjunto de factores:

- uma democracia tardia, vivendo-se ainda as consequências de um longo período de regime autoritário que proibia a maior parte das formas de associativismo (o que explica também a baixa taxa de voluntariado identificada em Espanha) – Montanés et al 1996, Rosado 1996;
- a persistência de uma cultura cívica incipiente, que se traduz também na abstenção eleitoral, na indiferença pela política, e que será uma consequência, entre outras causas, da baixa exposição aos *media* dos portugueses – Almond e Verba 1989, Kellerhals 1974;
- factores socio-demográficos, como os baixos níveis de escolaridade média e a diminuta proporção das classes média-alta e alta (segundo estudos internacionais, são os indivíduos mais escolarizados e de mais elevado rendimento

que mais praticam trabalho voluntário formal) – Halba e Le Net 1997, Kellerhals 1974, Proteau 1997;

- as características do mercado laboral português (Barreto 2000), marcado pela alta taxa de emprego feminino, pela escassez de empregos a tempo parcial, pelos horários de trabalho longos (contrariamente ao estereótipo, são os activos e não os reformados ou as domésticas que em maior proporção realizam voluntariado) – Kellerhals 1974;
- o peso da socialização familiar na adopção de práticas de voluntariado, o que conduz a que a mudança entre gerações seja ténue (Almond e Verba 1989, Kellerhals 1974, Wuthnow 1991)
- a incidência do voluntariado informal, ou seja, a ajuda a família e vizinhança, que é ainda muito frequente neste país (Hespanha 1997, Santos 1994);
- por último, a própria estruturação do terceiro sector português conduz a que grande parte das instituições tenha recursos para contratar funcionários remunerados, dispensando o trabalho voluntário – assegurando muito das funções sociais que caberiam ao Estado, nomeadamente as IPSS recebem avultados financiamentos (Hespanha 1997, Santos 1990 e 1994).

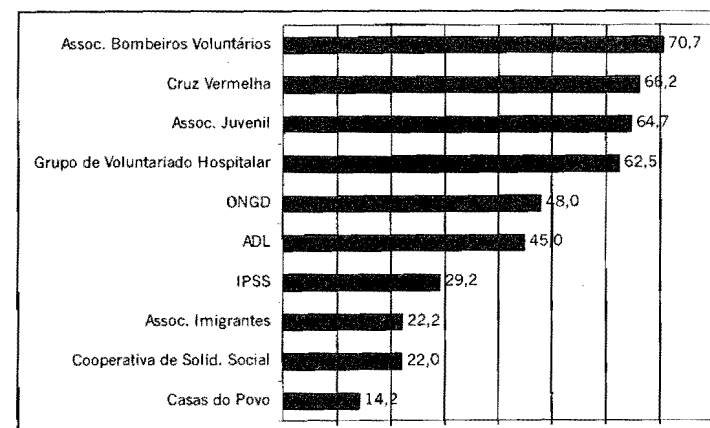
Se algumas destas justificações têm uma fundamentação eminentemente teórica, outras são passíveis de clarificação através dos dados recolhidos neste estudo.

Instituições de acolhimento de voluntariado

Praticamente todas as instituições por nós inquiridas acolhem voluntariado de direcção, porque os seus estatutos, ou mesmo a legislação portuguesa, o determina. A diferença fundamental entre instituições situa-se no que respeita ao voluntariado de execução, ou seja, no apoio directo aos beneficiários.

Assim, dos vários tipos de instituição inquiridos, os que declaram em maior número acolher voluntariado de execução são as Associações de Bombeiros Voluntários (71%), os Núcleos da Cruz Vermelha (66%), as Associações Juvenis (65%) e os Grupos de Voluntariado Hospitalar (63%). No extremo oposto, apenas 29% das IPSS (que representam cerca de 70% do universo inquirido) acolhem voluntariado de execução e outras instituições equiparadas, como as Cooperativas de Solidariedade Social e as Casas do Povo revelam valores ainda mais baixos (22% e 14% respectivamente).

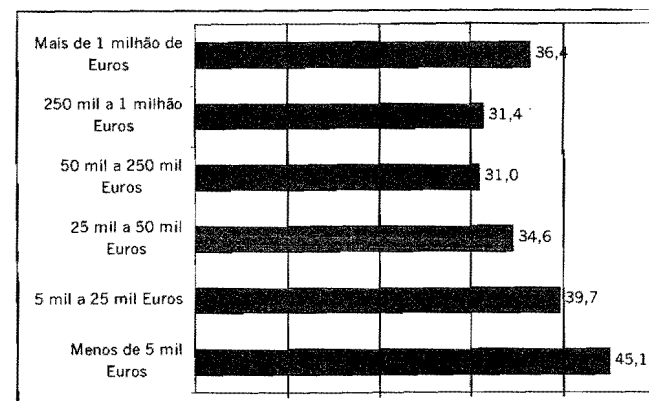
Presença de voluntariado de execução por tipo de instituição



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

A presença de voluntariado de execução é também explicada pelos recursos de que é dotada a instituição. São as organizações com um orçamento anual mais baixo que mais recorrem ao trabalho dos voluntários.

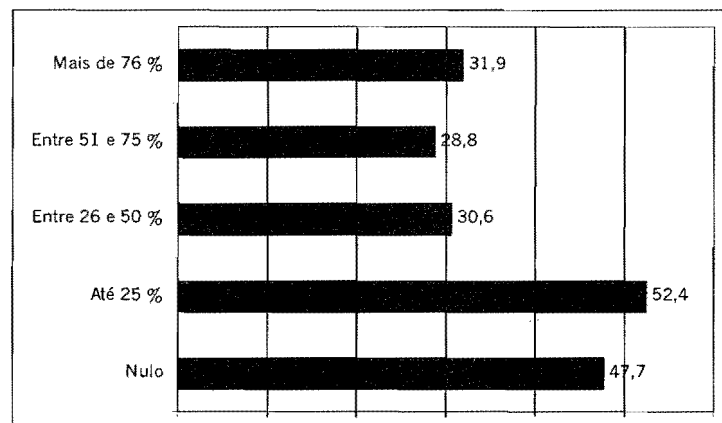
Presença de voluntariado de execução por volume do orçamento anual



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

As fontes de financiamento do orçamento anual terão igualmente impacto sobre a opção das instituições pelo uso do trabalho voluntário. Constatou-se que são as instituições cujo apoio por parte do Estado é baixo ou nulo que em maior proporção acolhem voluntariado.

Presença de voluntariado de execução pelo peso do financiamento do Estado no orçamento das instituições

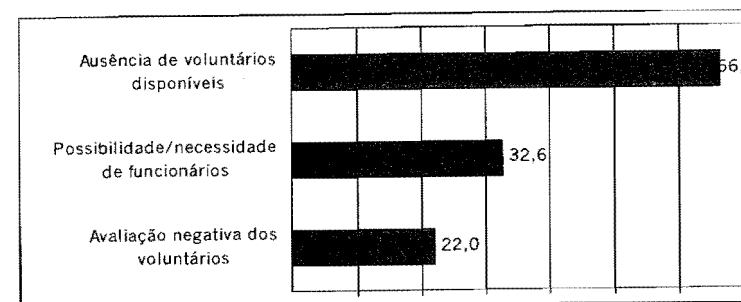


Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

No entanto, tendo sido perguntado às instituições por que razão nunca acolhem voluntariado de execução, dois terços das inquiridas remetem este facto para a ausência de voluntários disponíveis e não para uma opção da própria instituição. No entanto, praticamente um terço admite que, na presença de recursos financeiros suficientes, prefere (ou necessita de) a contratação de profissionais especializados. Cerca de 22% das instituições declara, porém, uma avaliação negativa dos voluntários: não asseguram trabalho regular, não dispõem de formação adequada, geram conflitos com os funcionários.

No caso das instituições que deixaram de acolher voluntários, a justificação mais frequente é mais uma vez que deixou de haver voluntários disponíveis (praticamente em metade dos casos) ou que passou a ser necessário ou possível remunerar os funcionários. Todavia, uma percentagem significativa menciona também insatisfação com o trabalho desempenhado pelos voluntários.

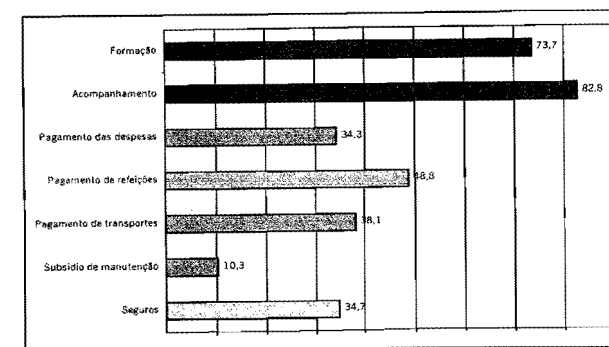
Razões para as instituições nunca terem acolhido voluntários



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

A escassez de voluntários disponíveis poderá dever-se, para além das hipóteses atrás enunciadas, também à falta de iniciativa das instituições em recrutá-los, assim como ao baixo investimento que as mesmas neles fazem. Angariar e manter voluntários poderá ser fortemente condicionado pelas condições que lhes são proporcionadas, nomeadamente em termos de formação, pagamento de despesas e seguro (Gaskin e Davis Smith 1995). Se as percentagens de instituições que fornecem formação e acompanhamento aos voluntários são relativamente elevadas, menos de metade reembolsa os seus voluntários das despesas em que incorrem (transportes, alimentação) para fazer voluntariado. Tal poderá afastar as pessoas de menos recursos da actividade voluntária.

Percentagem de instituições que proporcionam formação, acompanhamento, pagamento de despesas e seguros aos voluntários



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

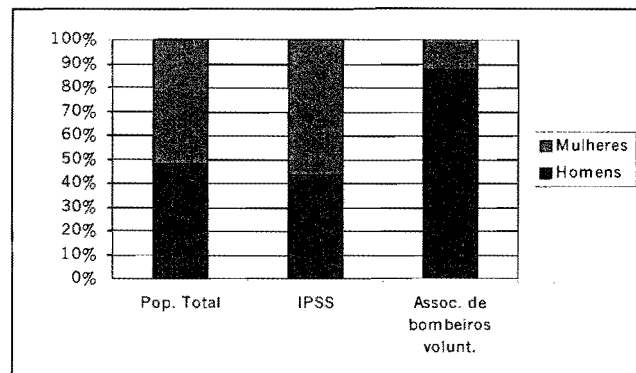
Diferentes perfis sociográficos dos voluntários

A partir do inquérito às instituições é ainda possível reconstituir uma caracterização socio-demográfica dos voluntários (que inclui tanto voluntariado de direcção como de execução) e compará-la, sempre que possível, com os dados relativos à população nacional.

Porém, atendendo à extrema diversidade da caracterização dos voluntários por tipo de instituição, opta-se aqui não por apresentar o perfil global dos voluntários mas sim dois perfis contrastantes: os voluntários das IPSS e os voluntários das Associações de Bombeiros.

Em termos da distribuição por género, constata-se uma ligeira sobre-representação das mulheres no voluntariado realizado nas IPSS e uma acentuada predominância dos homens (perto de 90%) nas Associações de Bombeiros.

Distribuição dos voluntários por sexo

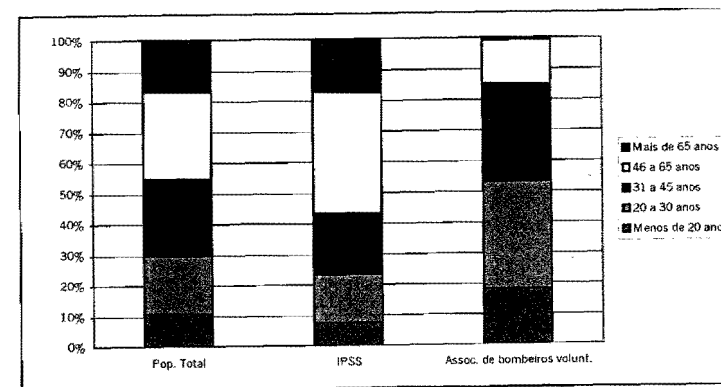


Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

Dados da população nacional: INE 2002, Dados provisórios dos Censos 2001

Atendendo à distribuição etária, verifica-se que os voluntários das IPSS apresentam um perfil envelhecido por comparação com a população nacional (mais de metade acima dos 46 anos), enquanto que os bombeiros voluntários se caracterizam pela tendência inversa (mais de 80% abaixo dos 46 anos), o que resultará em boa medida das exigências físicas das tarefas realizadas por estes voluntários.

Distribuição dos voluntários por escalões etários

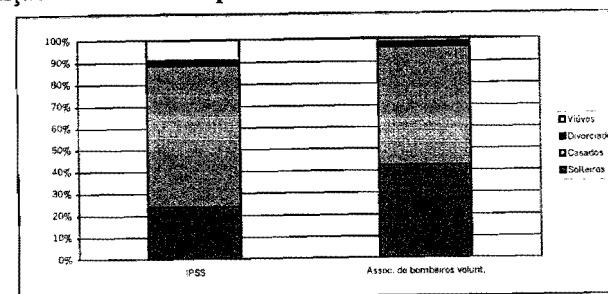


Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

Dados da população nacional: INE 2001 (Censos 1991)

Contrariamente a um estereótipo comum, o voluntariado não é uma actividade reservada a indivíduos sem compromissos familiares. Mais de 60% dos voluntários das IPSS e de 50% dos voluntários das associações de bombeiros são casados. A situação familiar reflecte-se na densidade de redes sociais a que os indivíduos pertencem, que é determinante para o acesso a voluntariado (Proteau 1997; Kellerhals 1974; Halba e Le Net 1997). No entanto, a proporção de solteiros é bastante elevada entre os bombeiros voluntários (atendendo também ao peso dos mais jovens neste grupo) e perto de 10% dos voluntários das IPSS são viúvos (valor condicionado também pelo factor idade).

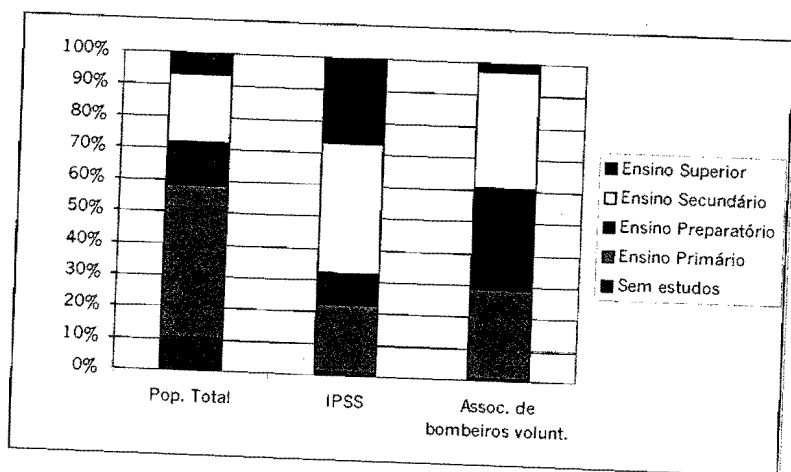
Distribuição dos voluntários por estado civil



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

Como atrás afirmado, a escolaridade é uma das variáveis que influi sobre a propensão para o voluntariado (hipótese corroborada por múltiplos estudos internacionais - Kellerhals 1974, Proteau 1997, Gaskin e Davis Smith 1995, Halba e Le Net). Estes dados permitem constatar que, de facto, tanto os voluntários das IPSS como das associações de bombeiros têm em média uma escolaridade mais elevada que a população nacional. Porém, é visível que os primeiros detêm um perfil mais escolarizado que os segundos: mais de um quarto dos voluntários das IPSS concluíram o Ensino Superior e cerca de 40% o Ensino Secundário.

Distribuição dos voluntários por níveis de escolaridade

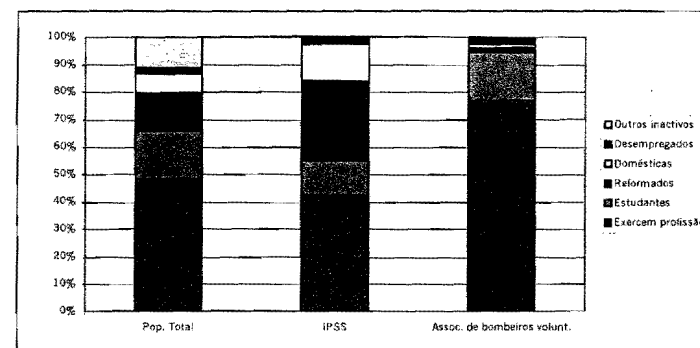


Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

Dados da população nacional: INE 2002 (resultados provisórios dos Censos 2001)

Tal como a situação familiar, a condição perante o trabalho influi sobre a participação em redes sociais (Proteau 1997; Kellerhals 1974; Halba e Le Net 1997), pelo que a proporção de voluntários ainda no activo é superior a 40% no caso das IPSS e perto de 80% no caso dos bombeiros. Há no entanto a destacar o peso acentuado dos reformados (30%) e das domésticas (13%) no primeiro grupo e dos estudantes (17%) no segundo.

Distribuição dos voluntários por condição perante o trabalho

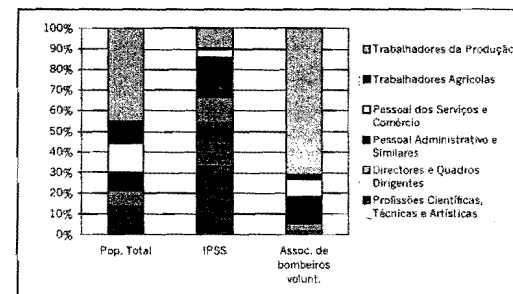


Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

Dados da população nacional: INE 2001 (Inquérito ao Emprego 1999)

Em paralelo com os dados atrás vistos relativos à escolaridade, também são notórias as diferenças entre voluntários e população nacional no que respeita às categorias socio-profissionais, tendendo os voluntários a mais altos níveis de qualificação. Porém, estas diferenças apenas são significativas no que se refere aos voluntários das IPSS. Mais de metade destes exerce profissões científicas ou técnicas (professores, médicos, psicólogos, assistentes sociais), cerca de 10% são quadros dirigentes. Já no que concerne os bombeiros voluntários, a maioria (70%) declara actividades no sector industrial.

Distribuição dos voluntários por profissão



Fonte: Inquérito de Caracterização do Voluntariado, ICS-UL, 2001

Dados da população nacional: INE 2001 (Inquérito ao Emprego 1999)

Os voluntários na primeira pessoa

Qualquer estudo sobre voluntariado estaria incompleto sem um contacto directo com os próprios voluntários. As entrevistas realizadas permitiram a recolha de informação essencial para a análise das dimensões motivacionais do trabalho voluntário.

Para além dos factores socio-demográficos acima mencionados, a recorrência nas entrevistas de alguns traços biográficos permite ajudar a compreender porque razão algumas pessoas se voluntariam e outras não.

Em termos genéricos, estes traços são:

- a socialização familiar para o voluntariado – a maioria dos voluntários mencionou que os pais ou outros elementos da família tinham realizado no passado ou continuam a realizar no presente actividades de voluntariado, sendo este exemplo reproduzido nas gerações mais jovens;
- a participação associativa – grande parte dos entrevistados afirmou ter pertencido a associações na juventude (frequentemente de cariz religioso) ou estar correntemente filiado numa ou várias organizações (associações desportivas e recreativas, grupos religiosos);
- a prática de voluntariado informal – vários voluntários mencionaram que a par do voluntariado formal, numa instituição, apoiavam, numa base regular, um ou mais membros da sua família ou vizinhança (um pai idoso ou doente, os netos);
- o tipo de profissão exercida – são numerosos os voluntários entrevistados os que desempenham uma actividade profissional marcada pelo cuidado dos outros (*caring professions*) – médicos, enfermeiros, psicólogos, professores;
- uma personalidade marcada pela iniciativa e liderança – no discurso dos voluntários é frequente a autodefinição (ou a narração de episódios com significado implícito) como dotados de uma “vocação para a liderança” e de um espírito de iniciativa, que será condição quase necessária para uma actividade relacional e orientada para ajuda do outro como o voluntariado;
- as práticas e crenças religiosas – entre os entrevistados, é predominante a afirmação de uma religiosidade praticante, que frequentemente é mencionada como motivação para o trabalho voluntário; há ainda a referir que grande parte das instituições que acolhem voluntariado são de cariz religioso, filiadas directamente na Igreja ou inspiradas por princípios cristãos;

- uma experiência de sofrimento – vários voluntários assumem como estímulo ao início do voluntariado uma situação de crise pessoal, por exemplo a morte de uma familiar próximo, a doença do próprio, o desemprego, o divórcio;
- a reforma antecipada - alguns entrevistados mencionaram que o facto de terem obtido a reforma antecipadamente os impulsionou a procurar uma actividade que lhes proporcionasse uma aplicação útil das suas capacidades e a oportunidade de manter contactos sociais.

No que respeita às motivações identificadas pelos voluntários como pertinentes para a decisão de fazer voluntariado, é claramente dominante a afirmação do desejo de ajudar os outros. No entanto, ao longo das entrevistas são enumerados vários benefícios que os voluntários obtêm da actividade voluntária. Ainda que o ganho mais frequentemente identificado seja a satisfação e felicidade derivada do acto de ajudar os necessitados, outros são mencionados que remetem para o benefício mais directo do voluntário: a promoção da sua própria saúde (física, psicológica, espiritual), o convívio social e o estabelecimento de relações de amizade (que atenuam a solidão ou servem para gerar capital social), a ocupação dos tempos livres (mais mencionado por estudantes, reformados, domésticas, desempregados), a aquisição de conhecimentos e competências (que podem vir a ser rentabilizados no mercado de trabalho), a obtenção de prestígio e reconhecimento na sua comunidade.

Em conclusão, foram aqui apresentadas apenas algumas das principais conclusões do estudo realizado. Para uma compreensão mais alargada do plurifacetado fenómeno do voluntariado, este projecto carece de continuidade, visto que se centrou apenas num tipo de voluntariado e não permite tecer considerações mais pormenorizadas sobre a diversidade interna mesmo ao domínio da solidariedade social. Será, em última análise, às próprias instituições que caberá procurar conhecer os seus voluntários, proporcionar-lhe os estímulos e recompensas apropriadas para a realização do seu trabalho, motivá-los a permanecer e encorajar o ingresso de novos voluntários.

Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney (1989 (1963)), *The civic culture - political attitudes and democracy in five nations*, Londres, Sage
- BARRETO, António (org.) (2000), *A situação social em Portugal 1960-1999, vol. II*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais - ICS
- GASKIN, K., DAVIS SMITH, J. (1995), *A new civic Europe: the extent and nature of volunteering in Europe*, London, The Volunteer Centre
- HALBA, Bénédite, LE NET, Michel (1997), *Bénévolat et volontariat dans la vie économique, social et politique*, Paris, La documentation Française
- HESPANHIA, Pedro (coord.) (1997), *O papel da sociedade na protecção social - dinâmicas locais e instituições particulares num sistema renovado de segurança social*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *O país em números* (CD Rom)
- Instituto Nacional de Estatística (2002), *Resultados provisórios dos Censos 2001*, <http://www.ine.pt>
- KELLERHALS, Jean (1974), *Les associations dans l'enjeu démocratique*, Lausanne, Payot
- MONTANÉS, Manuel (1996), "Asociaciones de voluntarios? Lo que se dice y lo que se quiere decir cuando hablamos de voluntariado", *Documentación Social*, nº 104, pp. 13-25
- PROUTEAU, Lionel (1997), "Les chemins du bénévolat", *Futuribles*, nº 226
- ROSADO, Sebastian Mora (1996), "El fenomeno del voluntariado en España: aproximación a la evolución del termino", *Documentación Social*, nº 104, pp. 115-128
- SANTOS, Boaventura Sousa (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal*, Porto, Afrontamento
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994), *Pela mão de alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento
- SANTOS, M. Emília Brederote Santos e DIAS, Mariana (1993), "Bem estar individual, relações interpessoais e participação social", in FRANÇA, Luís de, *Portugal - valores individuais e identidade cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 43-73
- WUTHNOW, Robert (1991), *Acts of compassion, caring for others and helping ourselves*, Princeton, Princeton University Press